

POLÍTICA LINGUÍSTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO: A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO GLOBALIZADO DO SÉCULO XXI**

LINGUISTIC POLICIES FOR INTERNATIONALIZATION: PORTUGUESE IN THE GLOBALIZED WORLD OF THE TWENTY-FIRST CENTURY

Gilvan Müller de Oliveira*

RESUMO

O texto aborda a internacionalização da língua portuguesa a partir do reposicionamento internacional dos países da CPLP, iniciado no século XXI, a estratégia e os esforços de internacionalização da sua gestão, na esteira do Acordo Ortográfico de 1990 e, finalmente, o lugar que o português pode ocupar em uma internacionalização das instituições. Atenção especial é dada ao caso brasileiro no contexto de um plurilinguismo funcional. O artigo conclui que ainda é pouco explorado o potencial do português como língua internacional. **Palavras-chave:** internacionalização; português; política linguística.

ABSTRACT

The text discusses the issue of internationalization of Portuguese caused by the international repositioning of the CPLP countries in the beginning of the XXI century, the strategy and the internationalization efforts of its management in the wake of the Orthographic Agreement of 1990 and, finally, the place Portuguese may have in more international institutions. Special attention is given to the Brazilian case in the context of a functional multilingualism. The article concludes that it is still underexplored the potential of Portuguese as an instrument for internationalization.

Keywords: internationalization; Portuguese; linguistic policy.

INTRODUÇÃO

A produção de bens e mercadorias conheceu fases de maior e menor abertura dos mercados na história da humanidade, numa alternância que visava ora a prote-

* Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP - CPLP), Cabo Verde, África. iilpde@gmail.com

** A primeira parte deste texto é uma versão modificada de "Um Atlântico Ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI", publicado em Moita Lopes (org.) *O Português do Século XXI. Cenários Geopolíticos e Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2013.

ção dos produtores, ora o acesso a produtos produzidos em terras longínquas, ora o estímulo e ora o cerceamento à concorrência. Ao redor da maior ou menor abertura dos mercados organizaram-se importantes teorias econômicas, como o liberalismo e suas múltiplas variantes ou o protecionismo, em suas diversas formulações.

Da economia aberta prévia à I. Guerra Mundial, um mundo de intensas trocas econômicas, dominado pelos interesses europeus, passou-se ao intenso protecionismo pós-Crise de 1929, expresso pelo nacionalismo econômico dos fascismos, pelo planejamento centralizado dos países do socialismo real, pelo keynesianismo anglo-saxão, especialmente norte-americano e pela substituição de importações latino-americana.

O processo de liberalização da economia foi-se processando apenas de forma muito lenta e, enquanto durou o comunismo e o Muro de Berlim, foi mantido em limites claros, dado, entre outras coisas, o receio de fornecer munição ao avanço do comunismo, que poderia ocorrer, pensava-se, pelos traumatismos das políticas de desregulamentação da economia e das privatizações – espinha dorsal dos processos de abertura e de liberalização – processos que puderam ocorrer, então, nos anos 1990, quando não havia no horizonte uma alternativa ideológica articulada para as populações atingidas pelo Consenso de Washington.

Uma fotografia do mundo na década que se iniciou em 2010 revela que a fase aguda da liberalização já passou, que o consenso sobre as vantagens de uma economia mais aberta do que nos anos 1980 ampliou-se substancialmente, e que o processo avança em muitos quadrantes, em uma internacionalização de diversas faces, da ampliação e consolidação dos blocos econômicos regionais ao reforço da infraestrutura dos transportes e comunicações, das imigrações internacionais ao turismo de massa de longo curso, do ensino à distância à multiplicação dos programas de intercâmbio acadêmico.

Em diferentes velocidades, partir da ideologia do liberalismo vitorioso, as vantagens do processo de internacionalização institucional e pessoal vão sendo digeridas em países de diferentes tradições e em instituições de múltiplas funções, a tal ponto que Fukuyama (1992) pode prever, erroneamente, que havíamos chegado, com este patamar, ao “fim da História”, o que evidentemente não foi o caso.

Este texto reflete sobre três aspectos da internacionalização induzida pelo novo liberalismo no contexto geopolítico atual, todos os três fóruns privilegiado para a formulação e implementação de importantes políticas linguísticas relacionadas com a presença da língua portuguesa no contexto do multilinguismo global:

- A internacionalização da língua portuguesa e das línguas em geral;
- A internacionalização da gestão da língua portuguesa, decorrente da primeira e
- A internacionalização das sociedades de língua portuguesa pelo canal da língua.

1. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E DAS LÍNGUAS EM GERAL

Tendo sido a primeira das línguas em uma outra internacionalização, a das Grandes Navegações dos séculos XV a XVII e a do processo colonial a partir de então estabelecido, o português é hoje língua oficial em 10 países, oito deles membros da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), mais a Guiné Equatorial, que a oficializou em 2011 ao lado do espanhol e do francês¹, e da China, ou mais exatamente da RAEM, Região Administrativa Especial de Macau, onde é cooficial ao mandarim até o ano de 2049.

A língua ocupa oficialmente 10,7 milhões de km², está presente na América, África, Europa e Ásia – nesta ordem em termos demolinguísticos – e tem de 221 a 245 milhões de falantes como primeira ou como segunda língua em variados graus de proficiência, número que cresce em velocidade moderada, com grandes variações entre os continentes: crescimento baixo na Europa e na Ásia, médio na América do Sul e grande na África Meridional, hoje já está o maior polo de crescimento vegetativo do idioma e que chegará a 2060, pelas previsões atuais, a 90 milhões de falantes de português, entre Angola e Moçambique.

Entre 7 e 9 milhões de falantes da língua portuguesa estão nas Diásporas, especialmente nos Estados Unidos da América e no Canadá, em diferentes países europeus, no Japão, na África do Sul, no Paraguai e na Venezuela. Estas bases geográficas são pontos de apoio e de criação de interesse para a manutenção e o ensino da *língua de herança* no exterior e importante razão para o intercâmbio comercial e cultural com aqueles países. As remessas da emigração, por outro lado, constituem-se como desenvolvimento econômico não desprezível: só os brasileiros nos EUA transferem para o seu país, anualmente, valor superior a 5 bilhões de dólares (Martes, 2008). O português acompanha o intenso processo de emigração que faz com que hoje mais de 190 milhões de pessoas vivam fora dos seus países de origem.

Na Internet, o português alcançou recentemente a cifra de 83 milhões de usuários, passando a ser, em 2010, a quinta língua mais usada na rede – à frente

¹ Lei No. 06 de 2011, de 03 de novembro, que modifica o Artigo Único da Lei Constitucional No.1 de 1998, de 21 de janeiro, pelo que se modifica o Primeiro Parágrafo do Artigo 4º. da Lei Fundamental da Guiné Equatorial.

do japonês – em crescimento que vai *par e passo* com a situação de letramento ou literacia das populações lusófonas. Trata-se de uma população de letramento médio baixo, porém com escolaridade em incremento em todos os níveis, do ensino básico ao universitário e às pós-graduações.

O português é língua com estatutos de oficialidade ou estatuto especial em 26 organizações internacionais, entre elas em 5 dos 17 blocos econômicos regionais hoje existentes no mundo: União Europeia, Mercosul, SADC, CEDEAO, CEEAC e brevemente, de acordo com os desdobramentos de negociações, na ASEAN, bloco que Timor-Leste passará a integrar a partir de 2017, ampliando, lá também, as possibilidades de uso diplomático e societário do português.

Cada um destes blocos econômicos é ambiente rico em oportunidades para a presença do português, trazendo muitos desdobramentos, razão pela qual os *Blocos Econômicos Regionais* são ambientes privilegiados para a promoção das línguas, muito mais do que as organizações diplomáticas, nas quais o uso da língua permanece, de certa forma, restrito às cimeiras e à documentação da própria organização. No campo das organizações diplomáticas, o português está presente em entidades como a CPLP, a União Africana, a UNASUL, a OEA, a OEI, a União Postal Internacional, entre outras.

O português conta com 29 mil quilômetros de fronteiras com outras línguas oficiais: o espanhol, o inglês, o francês, o holandês, o bahasa indonésia, o chinês, o afrikaans, o kiswahili e o guarani, o que permite interessantes alianças geolinguísticas como, por exemplo, a do português e do espanhol num grande bilinguismo estendido a toda América do Sul – um dos ideários político-linguísticos do Mercosul. Contrariamente ao que acontece com os países hispanófonos ou germanófonos, nenhum país de língua portuguesa faz fronteira com outro país da mesma língua, sendo por isto cada um deles uma ‘ilha linguística’ cercada de países de outras línguas onde o português adquire, paulatinamente, um estatuto reconhecido como língua estrangeira, como é o caso da Espanha, da Argentina ou da Namíbia.

Internamente aos países da CPLP o português convive com aproximadamente 339 diferentes línguas, com variado número de falantes e diferentes graus de vitalidade, línguas estas constituintes das culturas nacionais dos respectivos países e hoje objeto de uma série de programas de promoção por parte dos governos, como ficou registrado no *Colóquio Internacional de Maputo sobre a Diversidade Linguística nos Países da CPLP*, realizado pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa na capital Moçambicana em setembro de 2011. A CPLP inicia, por este canal, um diálogo com as políticas contemporâneas do multilinguismo, e os Estados Membros desenvolvem crescente atenção a estas línguas, vetor de integração dos cidadãos às sociedades

nacionais que, no século XXI, vão se configurando de modo cada vez mais plural, tanto cultural como linguisticamente. Desse modo, nossas sociedades lusófonas vão aprendendo, com algum atraso, a lidar e a ver como oportunidade o fato de termos, na CPLP, 5% do número total de línguas do mundo.

A primeira metade do século XX encontrou os dois únicos países de língua portuguesa, Portugal e Brasil, fortemente isolados um do outro, e voltados para seus problemas internos.

Ambos atravessaram contínuas crises internas, econômicas e políticas, a partir do início do século XIX – com breves períodos de aparente retomada econômica – que levaram, entre outras coisas, à queda da monarquia no Brasil em 1889 e em Portugal em 1910 – crise esta de *longue durée*, na concepção de Fernand Braudel (1949), causada pelo esgotamento do sistema escravista – espírito e nervo do “mundo que o português criou”, para usar a célebre expressão de Gilberto Freyre.

Esta crise de fundo obrigou os dois países, não sem resistência tenaz das suas elites, a abandonar paulatinamente e de forma traumática, o mercantilismo vigente desde a Revolução de 1385, ou Crises de 1383-5 (FAORO, 2001), e os obrigou a tentar buscar o desenvolvimento através do capitalismo, ordem que suas camadas dirigentes, por várias razões históricas e culturais tão bem descritas por Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder*, entendiam com dificuldade.

A segunda metade do século XX encontrou a ambos do “mesmo lado” no mundo bipolar da Guerra Fria, preocupados em desenvolver as relações preferenciais com as potências do mundo ocidental de então – os Estados Unidos e a Inglaterra – e a defender-se dos supostos avanços comunistas no ‘front interno’, abafando as reivindicações sociais que surgiam nas brechas do sistema, e justamente por causa da crise de longa duração estrutural nestes países.

Conter o comunismo e os movimentos de reivindicação popular no contexto da manutenção de estruturas mercantilistas ou semi-capitalistas antigas, e geradoras de pobreza, foi um dos principais objetivos dos 41 anos da ditadura² salazarista em Portugal por um lado, e dos oito anos do Estado Novo brasileiro (1937-45) e depois dos 21 anos do Regime Militar (1964-85), por outro, ainda que no caso brasileiro tenha se tratado mais da proposta de uma ‘modernização sem modernidade’, na célebre expressão de Celso Furtado.

O Brasil desenvolvia-se na esfera de um capitalismo subordinado à *Pax Americana*, descrito pelos teóricos ‘dependentistas’ aglutinados ao redor da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL) da ONU, e Portugal debatia-se para

2 48 anos, se acrescermos ao período denominado Estado Novo (1933-1974) os sete anos de ditadura militar (1926-1933), normalmente chamado de *Revolução Nacional*, que o precederam.

manter o último império colonial do mundo, lutando, entre 1961 e 1974, uma guerra africana em três frentes, a *Guerra Colonial* ou *Guerra do Ultramar*, na qual quase dez mil portugueses perderam a vida, bem como milhares de angolanos, guineenses e moçambicanos, entre civis e combatentes dos movimentos independentistas³.

Este era um mundo francamente negativo para a Língua Portuguesa, pois seus falantes encontravam-se em países com ausência ou carência de democracia, cidadania e liberdade de expressão, seus autores eram perseguidos e censurados, parte importante dos seus intelectuais e cientistas vivia no exílio, seus sistemas escolares eram carentes de recursos, lacunosos e elitistas, excluindo boa parte da população do letramento, mormente do letramento superior; as novas tecnologias, como o rádio e a televisão eram limitados, como em Portugal, ou desqualificadores da população, como no caso do Brasil, com conteúdo superficial e comercial.

Que apelo o português podia ter no concerto das grandes línguas do mundo naquelas circunstâncias?

O período posterior à queda do regime autoritário em Portugal, em 1974, e que levou à descolonização e a independência dos países africanos de língua oficial portuguesa – os PALOP⁴ – por um lado, e o início da redemocratização do Brasil, a partir da crise econômica posterior ao chamado ‘milagre brasileiro’ (1969-75), por outro, com seus dez anos de transição ‘lenta, gradual e segura’ para a democracia (1985), continuou sendo um período de crise política e econômica nos dois países, e também uma fase de reorganização nacional que abre as portas para o próximo período histórico que os países de língua portuguesa vão viver, a partir de 1989, com a queda do Muro de Berlim: o fim da Guerra Fria.

A partir de 1975 independizam-se Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e juntam-se ao concerto das nações. Emergem da luta armada pela independência com regimes de Partido Único – o PAIGC, o MPLA e a FRELIMO⁵ – e integrados ao outro lado da *Cortina de Ferro*. Durante 15 anos (1975-90) o mundo de língua portuguesa ficou partido politicamente entre o *bloco soviético* e o *bloco ocidental*, o que dificultou muito o desenvolvimento das suas relações internas. Também naquele momento o português tinha pouco apelo inter-

3 “[...] as perdas materiais atingiram um nível muito próximo da ruptura econômica. A drenagem dos recursos financeiros para a sustentação da guerra foi equivalente, ao longo dos 13 anos de conflito armado a uma média de 33% do Orçamento do Estado, tendo-se ultrapassado, em toda a segunda metade da década de 60, os 40% (contra cerca de 10% nos outros países europeus, sem guerra)” (TEIXEIRA, 2010, p. 54)

4 Não de Timor-Leste, imediatamente capturado e anexado pela Indonésia, de cujo jugo só virá a libertar-se, com o monitoramento das Nações Unidas, em 2002.

5 Partido Africano pela Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, Movimento pela Libertação de Angola, Frente pela Libertação de Moçambique.

nacional e nenhuma possibilidade de ser competitivo em comparação com outras grandes línguas internacionais.

Enquanto malograva a iniciativa de que Cabo Verde e Guiné Bissau se constituíssem em um único país, como sonhou Amílcar Cabral, e as guerras civis continuavam em Angola entre MPLA e UNITA e em Moçambique entre FRELIMO e RENAMO, e enquanto Timor-Leste, através da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) lutava contra a ocupação indonésia e o domínio do bahasa, Portugal ingressava na União Europeia (1986), o que muitos consideraram um passo histórico de afastamento em relação ao *Atlantismo* – a sua orientação para o Atlântico – e uma secundarização das relações com os demais países de língua portuguesa.

No mesmo momento, o Brasil e seus vizinhos do *Cone Sul* fundavam o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1992, dando prioridade para a integração sul-americana e, logo depois, eclodia o *Conflito dos Dentistas* (1992-6) que marcou ponto baixo nas relações Portugal-Brasil, ao lado de incidentes diplomáticos com turistas, e reacendeu, na população dos dois países, antigos ressentimentos históricos (Gomes, 1998).

O que emergiu no final da Guerra Fria foi, provisoriamente, um mundo unipolar, com dois claros vencedores: os Estados Unidos da América e a língua inglesa. Data deste período, principalmente, a preocupação de que o inglês pudesse vir a ser língua única e que ameaçasse a existência dos demais idiomas, em especial os de pequena população e baixa reprodução intergeracional, rotuladas a partir de então de ‘endangered languages’ (línguas ameaçadas).

Os anos 1990 serão os anos da vitória do *Neoliberalismo*, do *Consenso de Washington*⁶ e de grande projeção da língua criadora do capitalismo global triunfante, cantada por Graddol e por Crystal em livros como *The Future of English* e *English as Global Language*, ambos de 1997. Cerca de doze anos após a queda do Muro de Berlim, porém, este modelo fraturava-se, em muitos países do globo, em um mosaico de crises econômicas antológicas, instabilidade política, desindustrialização e, finalmente, ingovernabilidade, como no caso argentino, para tomar um exemplo, com a quebra do regime de paridade cambial com o dólar, que ocorreu em dezembro de 2001 e que conduziu à maior perda de PIB da História para um país em tempo de paz.

6 Consenso de Washington é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. [Wikipedia, consulta em 18.03.2012]

Ainda em 2001, tendo o *Onze de Setembro* como data emblemática, iniciou-se outra fase histórica, fadada a rearranjar as relações internacionais de poder e a abrir perspectivas para a língua portuguesa no âmbito internacional.

Esta fase trouxe maior visibilidade ao português e permitiu a retomada do tênue movimento que se iniciou com a célebre reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, chamada pelo governo brasileiro em São Luis do Maranhão em novembro de 1989, apenas uma semana antes da queda do Muro de Berlim, reunião esta que pela primeira vez colocou numa mesma mesa o Brasil, os PALOP e Portugal, estando ausente Timor-Leste porque o país ainda estava ocupado pela Indonésia. Naquela ocasião concebeu-se e criou-se formalmente um instituto para cuidar de maneira multilateral da língua portuguesa, o IILP, Instituto Internacional da Língua Portuguesa, cuja instalação realizou-se oficialmente no ano 2000.

Aquela primeira reunião acendeu a ideia de uma comunidade geolinguística formal que favorecesse a concertação político-diplomática e a cooperação econômica entre os países de língua portuguesa, e o processo encaminhou-se, sete anos depois, em julho de 1996, para criação da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na famosa Reunião de Belém, em Lisboa. Após a criação da CPLP o IILP foi integrado à Comunidade como órgão com autonomia científica e financeira, fazendo juz à expressão de que *é um filho que nasceu antes da mãe*.

Podemos dizer, assim, que no período 1930 – 2012 a língua portuguesa passou por três fases históricas:

1. Ditadura, Modernização Conservadora, Guerra Colonial, Descolonização no âmbito da Guerra Fria (1930-1974);
2. O longo Processo de Transição para uma Normalização Democrática e superação dos aspectos mais crassos da desigualdade oriunda do modelo econômico adotado nos séculos anteriores, com diferentes datas-base nos diferentes países (1974 – 2004);
3. Integração, como coagentes, a um mundo multipolar. Deslocamento parcial dos tradicionais centros de poder, ampliação e globalização das relações internacionais, com melhor posicionamento dos países de língua portuguesa, maior democratização interna e melhor acesso aos serviços cidadãos, com ampliação das classes médias.

Esta última fase assistiu à emergência do Brasil como potência regional, com atuação global em alguns âmbitos, participando dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), conjunto dos grandes países em território e população hoje responsáveis por uma parte importante do crescimento econômico do mundo.

Assistiu também ao crescimento econômico e sucessos diplomáticos contínuos de Angola e Moçambique, ancorados principalmente pela parceria com a China (SARAIVA, 2012), bem como ao êxito relativo das políticas econômicas em Cabo Verde e Timor-Leste, este último um país sem dívida externa e com reservas superiores a 8 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, São Tomé e Príncipe descobriu petróleo, com reservas avaliadas em 10 bilhões de barris.

Entre 1996 e 2005, diz o relatório *Indicadores de Desenvolvimento de África 2007* (Banco Mundial), Moçambique foi o país africano que cresceu de forma mais diversificada e sustentada, seguido de perto por São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Com um crescimento médio de 8,3%, Moçambique ficou à frente de Ruanda (7,6%) na lista das “economias diversificadas”. Esta categoria destaca-se das “economias de baixo crescimento” e das “economias petrolíferas”, em que se inclui Angola. (SÁ, 2009, p. 78)

Portugal também avançou de 2004 a 2010, acompanhando, porém, a partir de então, a crise europeia, e que se prevê tenha ainda alguns anos de duração, e a Guiné Bissau permanece como incógnita, depois de mais um golpe militar, em 2012, sendo neste momento objeto de diversos programas de cooperação internacional para que venha também a encontrar seu caminho na governabilidade e estabilidade econômica e política, superando seu histórico de instabilidade política.

O período pós-2004, que aqui nos interessa, tem sido um período virtuoso para o crescimento da língua portuguesa, tanto internamente como externamente. Ampliou-se o letramento da população, a inserção dos países na sociedade internacional, o crescimento da classe média, criando uma produção e um consumo cultural mais sofisticado, mais viagens ao exterior e maior acesso à Internet. Estes fatores fomentam um interesse maior pelos países de língua portuguesa e, conseqüentemente, maior disposição para o seu aprendizado como língua estrangeira.

1.1 A sociedade do conhecimento, o multilinguismo e seus efeitos para a língua portuguesa

Neste período citado, também, e com efeitos em todo o mundo, avança a consolidação da chamada *Sociedade do Conhecimento*, cujos traços estavam dados já no Sistema Pós-Guerra Fria dos anos 1990 como uma característica da produção capitalista avançada, que impulsiona a informatização da produção e o crescimento dos serviços e dos bens intangíveis das TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação – todas elas ‘*linguointensivas*’, isto é, altamente dependentes da língua para sua efetivação, o que traz a concepção de que, nesta fase do capitalismo, a língua é ela

mesmo meio de produção (MARAZZI, 2009; OLIVEIRA, 2009), e deve ser computada, portanto, em seu valor econômico, pela *nova econometria*.

Conforme a pesquisa de Marazzi, a substituição do capitalismo fordista por um capitalismo flexível, *just in time*, tem como principal característica a da produção de pequenas quantidades de diferentes versões do mesmo produto, a serem colocados, com grande agilidade, em muitos mercados, diferenciados, ainda que menores, dada a saturação crescente dos mercados principais.

Aplicado ao campo da economia linguística, isto implica que novos mercados linguísticos devem ser incluídos na produção, dada a finitude e a saturação da produção em uma única língua. É o que fazem as empresas de tecnologia de ponta, como a Google, ou entidades como a Wikipédia: funcionam em muitas línguas, advindo o lucro da soma de todos estes mercados linguísticos. Para poderem alcançar a estes mercados, precisam preparar instrumentos multi-canal, em que todas as línguas possam estar em funcionamento ao mesmo tempo, prioridade absoluta do multilinguismo no mundo digital. É possível observar, por isso, como reagem, frente a esta nova realidade, os centros de gestão, que têm diferentes graus de percepção das oportunidades e desafios abertos por esta nova fase na organização da economia:

[...] chama a nossa atenção a velocidade dos processos e a ‘nova centralidade’ que ganha, no mundo todo, a questão das línguas. Há uma nova pressa, os diversos países agem com rapidez. Países que nunca trataram da questão das línguas apressam-se em elaborar programas. Países que tradicionalmente são ‘clientes’ de políticas linguísticas vindas de fora apressam-se em formular seus próprios delineamentos. Oficializam-se novas línguas, reformam-se os sistemas de ensino de línguas estrangeiras, novas línguas lutam para entrar nos currículos, novos e grande bancos de dados de línguas são financiados e desenvolvidos. De repente a questão de formação de professores de línguas é capaz de mobilizar de modo novo, e se coloca no centro de disputas de hegemonia. Certificados de proficiência novos são criados, apoiados em novas estruturas de financiamento e divulgação. Acordos ortográficos se tornam realidade depois de tantos anos de espera e indecisão. Não é por acaso que a UNESCO declarou, em 2008, que ‘As línguas importam!’ através do Ano Internacional das Línguas, que chamou a atenção para vários fenômenos do nosso tempo, como por exemplo a perda ou extinção de línguas. (OLIVEIRA, 2009, p. 1)

A língua portuguesa é uma das línguas de mais rápido crescimento neste momento histórico, que representa, no entanto, um crescimento do multilinguismo de modo geral e das grandes línguas do mundo em particular, pelas características do atual estágio das forças produtivas, com grandes implicações para as mudanças no padrão da governança global. Por esta razão, surgiram iniciativas para medir o valor econômico da língua, acompanhando os desenvolvimentos teórico-metodológicos,

neste campo, criados por Grin (2009) na Suíça, por Mucio (2005) na Espanha e por Reto (2012) em Portugal.

Por esta metodologia, medir o valor econômico da língua dentro de um país é verificar qual é o coeficiente de participação da língua nos diferentes ramos em que se divide a Contabilidade Nacional, segundo sua participação no Produto Interno Bruto. É possível indicar um *coeficiente linguístico* em cada ramo da produção e posteriormente quantificar a importância da língua para cada ramo. Estas pesquisas demonstram que, evidentemente, o valor econômico da língua encontra-se em maior proporção no setor de serviços, é menor na indústria e menor ainda na agricultura. Um setor como o educacional, por exemplo, é 100% dependente da língua, de modo que aí, entre outros setores, seu valor é máximo.

O valor econômico da língua será o cômputo do seu valor em cada uma das economias nacionais onde funciona, acrescido das relações econômicas internacionais que ainda possibilita.

Desde Calvet (2002), pelo menos, sabemos da existência de um *'marché aux langues'*, organizado em uma hierarquia de línguas e regido por fatores que condicionam o comportamento dos falantes, atraindo-os para determinadas línguas e levando-os ao rechaço ou pelo menos à indiferença em relação a outras línguas. Esta *Teoria Orbital das Línguas* de Calvet, interpreta que o Mercado Linguístico é expressão de relações de força, econômicas e políticas, e espaço da gestão linguística no qual se dão as *lutas de poder* entre os produtores, proprietários, detentores das mercadorias linguísticas, interessados na sua circulação em detrimento das mercadorias dos concorrentes.

No caso da geopolítica recente da língua portuguesa, os dois movimentos descritos, separados e independentes, tiveram e tem tido influência para o seu crescimento como língua internacional: a 'arrumação da casa' nos países que a tem como oficial e as mudanças na sua inserção internacional, com a finalização do doloroso e tardio processo de entrada na modernidade, por um lado, e o início de um período de intensa valorização do multilinguismo, por outro, que vem a coincidir com necessidades do novo capitalismo. Esta nova situação benigna nos coloca desafios enormes para pensar a política da língua portuguesa no século XXI.

2. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Antes de tentar descrever o caso do português, cabe dizer que as línguas, pelo menos as grandes línguas de Estado do mundo, são objeto de gestão, o que ocorre no âmbito das chamadas *políticas linguísticas*.

Most languages lack pilots; most of them are like leaves in the wind. But major standardized languages have at least some control over their own evolution, and those that are supported by a government have ways of steering their relations among the other languages with which they are linked by communication, competition, cooperation and conflict. What should the geopolitical survival strategy of such a language be when it is confronted with a more powerful competitor? (LAPONCE, 2001, p. 58).

Observar os modos de gestão das grandes línguas – como ocorrem as negociações entre os pólos de poder normativo que atuam sobre elas, como são definidas as estratégias, como são implementados os programas – é por si só um exercício estimulante, dados os diferentes modelos historicamente desenvolvidos. Façamos uma breve comparação entre a anglofonia, a francofonia, a hispanofonia e a lusofonia para mostrar as diferenças a partir de um conjunto bastante limitado de critérios: a) centralização ou não da Norma, b) protagonismo ou não da ex-potência colonial europeia, c) relação entre Estado e Mercado na promoção da língua, d) expansão ou retração em mercados linguísticos determinados, hipóteses de trabalho que podem orientar futuras pesquisas sobre o assunto:

ANGLOFONIA

- Norma descentralizada apoiada no uso ou nos usos, ações descentralizadas de promoção via mercado, com uma certa especialização entre os países, sem protagonismo da ex-potência colonial;
- Estados a serviço de um mercado forte, capaz de captar as condições de hegemonia veicular da língua;
- Manutenção do papel e funções de língua hipercentral do sistema mundial, com ganho de importância sobre as funções acroletais de línguas super-centrais, centrais e periféricas, como por exemplo: torna-se língua da ciência em países que abrem mão da sua própria língua nacional neste registro, como o caso da Holanda ou dos países escandinavos. Eventuais perdas de nichos de mercado em zonas menos centrais, como resultado da promoção ou oficialização de línguas menores.

FRANCOFONIA

- Norma centralizada, protagonismo da ex-potência colonial. Estado forte, mercado médio, ajudado pelo Estado, que financia a presença da língua com importantes recursos do orçamento público. Custos crescentes e recursos limitados para financiamento da presença da língua;
- Perda constante de presença em nichos centrais para o inglês, perda de funções e presença em nichos com outras línguas crescentes (árabe, wolof, espanhol),

ganho em situações acroletais associado ao aumento do letramento/literacia dos países francófonos da África, continente em que o francês mais cresce no mundo.

HISPANOFONIA

- Norma centralizada, protagonismo da ex-potência colonial, a ação estatal forte num país, Espanha, e fraca no conjunto dos países falantes da língua, no sentido de que só um dos 21 Estados de língua oficial espanhola concentra praticamente toda a ação sobre a língua, deixando-se assim de se aproveitar os recursos e sinergias do conjunto da fonia e criando a situação de que uma crise neste único país desguarnece a ação global para com o idioma. Mercado forte e forte orientação mercadológica, aproveitamento de recursos da União Europeia para a promoção do Espanhol e atrelamento dos demais países a um mercado consumidor cativo controlado em muitos setores pela ex-potência colonial;
- Ganho de presença frente à língua hipercentral e demais concorrentes do mesmo nível.

LUSOFONIA

- Norma descentralizada e dual, Estado fraco, com protagonismo cindido da ex-potência colonial, válido só para a parte menor do mercado linguístico (PALOP e Timor-Leste), mas não para o Brasil. Promoção externa igualmente dual – Portugal e Brasil – sem participação dos demais países, mercado fraco em todos os países, mas em fortalecimento.
- Ganho constante de presença em nichos secundários (mercados periféricos), avanço em mercados restritos sobre o espaço de outras línguas de mesmo nível, por exemplo, sobre o mercado do francês como língua estrangeira. Perda de âmbitos em alguns países da CPLP, como a que ocorre em Cabo Verde com o avanço do crioulo cabo-verdiano e ganho de proficiência, como o que ocorre em Angola e Moçambique com a extensão da escolaridade.

A história político-linguística do português no século XX é tributária da herança da separação entre o Brasil e Portugal – incluindo-se aí o Império Colonial Português, chamado, a partir da Reforma Constitucional de 1950, de Ultramar Português (AVELAR, 2012, p. 241) – e também da tardia transformação deste Império em Estados-Nação contemporâneos que, entretanto, continuaram tributários de Portugal em termos da Norma Linguística.

A independência política levou o Brasil a declarar, com o tempo, uma *semi-independência linguística*: estabeleceu o português sim como língua oficial e de identidade nacional, mas pretendeu construir uma Norma própria, apregoada desde a polêmica entre Românticos e Parnasianos no final do século XIX, passando pelos Modernistas

de 1922, para virar efetivamente uma questão de Estado nos encaminhamentos parlamentares sobre o *Nome da Língua*, quando o Congresso Nacional votou, em 1946, se a língua permanecia com o nome de *português* ou se passava a chamar-se, a partir de então, *brasileiro*, saída política apregoada pelo grupo liderado por Herbert Parentes Fortes (MORELLO, 2001).

Neste processo, em disputas entre *nacionalistas linguísticos* por um lado e advogados de uma unidade da língua, emerge o atual panorama sociolinguístico do português brasileiro: uma *diglossia* entre uma Norma Oral *endógena*, desenvolvida no processo histórico de construção do Brasil, e uma Norma escrita *exógena*, criada por uma espécie de compromisso com Portugal no âmbito da escritura, com a importação de traços gramaticais que se instalaram no português europeu a partir do século XVIII, mas não no português brasileiro.

Esta distância gramatical e simbólica entre a *norma falada endógena* e a *norma escrita exógena* tem trazido desconforto a muitos intelectuais brasileiros, que discutem como o papel da norma escrita exógena tem dificultado a escolarização e a consequente incorporação das classes populares à cidadania. Para muitos deles, a solução *separatista* parece ser condição para uma “correção” do processo histórico, trazendo a possibilidade da *reforma* da Norma e sua aproximação com o português popular. Subjaz, a esta concepção, a ideia de desvencilhar-se dos compromissos e dos vínculos externos com outros países de língua portuguesa, especialmente Portugal, levaria a uma reforma da Norma e sua aproximação aos usos populares majoritários.

As relações políticas entre Brasil e Portugal pós-independência e, principalmente depois da Proclamação da República brasileira (1889), gerou um processo da *Normatização Divergente* que levou a língua a ter duas Academias⁷, duas ortografias (a partir de 1911), dois Vocabulários Ortográficos, dois dicionários, duas Nomenclaturas Gramaticais a partir de 1957 (Brasil) – 1961 (Portugal), duas políticas de certificação de proficiência, o CELPE-Bras brasileiro e o Sistema CAPLE português, este último expressão do *Quadro Comum Europeu das Línguas*, dois aparatos de promoção do português no mundo, o Camões IP por Portugal e a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) do Setor Cultural do Itamaraty, no Brasil, por outro.

As duas normas desenvolveram ainda terminologias técnicas e científicas diferentes, dificultando a interoperatividade do exercício profissional. Finalmente, com a era digital, ambas as normas localizadores de Internet, têm dois buscadores da Google, dois corretores ortográficos, dois tradutores eletrônicos, dois sintetizadores de voz, com o que os novos instrumentos do letramento digital que surgem a

7 A Academia Brasileira de Letras do Brasil e a mais antiga Academia de Ciências de Lisboa, dentro da qual há o setor responsável pela atuação sobre certos aspectos da norma linguística.

grande velocidade nascem já cindidos em dois, o que vai servindo para encerrar seus falantes nas variedades normativas nacionais ou tributárias de uma das duas principais e, conseqüentemente, restringe a importância veicular da língua no mundo.

Uma posição diferente e de grande importância, pelo seu pioneirismo, em mostrar outro caminho, é a da *Wikipédia*, que faz os falantes compartilharem a língua como um bem comum. A maior enciclopédia digital do mundo na Internet não criou duas enciclopédias separadas, como outros instrumentos e, ainda por cima, vigia a enciclopédia para evitar que os utilizadores de um país tentem substituir massivamente a norma do outro pela sua própria. Estabeleceu como única regra, porém, que verbetes que expressem aspectos unívocos das culturas nacionais devam ser escritas na variedade do respectivo país. Assim, o verbe *fado* deve vir escrito na norma europeia do português, e o verbe *bossa nova* deve vir na norma brasileira.

Exemplos como este da *Wikipédia*, ao contrário da tradição instalada no século passado, são já expressão de um uso ampliado e inclusivo da língua e que tende a conduzir a uma *Normatização Convergente*: aquela normatização que, em benefício dos falantes, explora no limite máximo a veicularidade da língua, permite melhor circulação pelo mercado linguístico, com evidentes vantagens políticas, incluindo os países que até o momento não puderam participar da gestão da sua própria língua oficial, isto é, os PALOP e Timor-Leste, entre outros efeitos.

2.1 Indícios e características de uma normatização convergente

A hipótese principal desta seção é que a manutenção de uma normatização divergente, que produziu historicamente os artefatos normativos chamados de *português* ou *português europeu*, adotado em Portugal, seu produtor, e nos novos países que emergiram do processo de descolonização em 1975 ou 2002 no caso timorense, que não tinham condições de gerar uma norma própria no momento da sua independência, e *português brasileiro*, no Brasil, vai se tornando mais e mais disfuncional na medida em que as línguas vão se tornando mais e mais centrais no processo econômico internacionalizado e a medida que a competição entre as grandes línguas pela veicularidade e pela entropia vai aumentando, consequência esperável do estatuto que as línguas passam a gozar no capitalismo *just-in-time*, conforme mencionado na seção referente ao multilinguismo.

A crescente pressão pela inversão do processo normativo instaurado no século XX e a aposta em uma normatização convergente decorre de transformações em vários campos, entre eles:

1. o da presença da língua na Internet e nos produtos da digitalização linguística. A existência de duas normas estanque aumenta o investimento (ainda que não o duplique) para o desenvolvimento dos instrumentos das chamadas Indústrias da Língua e divide os lucros, torna as buscas imperfeitas, e com elas cria um *mercado linguístico* menos integrado;
2. o da constituição crescente de diásporas internas à CPLP, com o incremento constante do número de brasileiros em Portugal e em Angola, de portugueses no Brasil, Angola e Moçambique, de caboverdianos em Portugal e no Brasil, e assim por diante, merecendo menção ainda a crescente importância da transumância universitária, que vai aproximando elites responsáveis, no futuro, pela constituição de importantes elos técnicos e econômicos. O atual momento histórico é um momento de intensos movimentos humanos, busca de contatos e parcerias, o que contribui fortemente para a valoração positiva das estratégias de aumento daveicularidade de uma língua;
3. o do intercâmbio de produtos culturais, orais e escritos, que permite ao cidadão de Angola ou de Cabo Verde ter, por exemplo, em emissão aberta de televisão, a norma portuguesa da língua através da RTP África, a brasileira através da TV Record e a sua própria variedade oral de referência, através do ou dos canais nacionais, para além do quase infinito consumo cultural propiciado pelo acesso à Internet de língua portuguesa. O Brasil é, neste sentido, por uma série de razões, o país mais isolado deste bloco, e o que menos permite a circulação, nos seus meios e no seu território, de produtos nas normas nacionais⁸ dos demais países da CPLP. A ampliação do contato, também em casos como este, cria maior compreensão, familiaridade e trânsito entre variedades e normas de uso.

Dadas estas pressões, entre outras, podemos propor que o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990* (AO90) assinado por todos os países de língua oficial portuguesa e ratificado por todos menos Angola e Moçambique, e sua entrada em vigor no Brasil, a partir de 2009 e em Portugal a partir de 2011, bem como das primeiras medidas de implementação em Cabo Verde, em 2012, foi o primeiro indício do aumento das pressões por uma *normatização convergente*,

Muito mais do que uma simples reforma ortográfica, o AO90 propõe uma profunda mudança na perspectiva de gestão da língua pela superação da perspectiva puramente nacional a que se acostumaram amplos setores da vida cultural de Por-

8 Para os fins da argumentação que está sendo conduzida neste secção do texto levamos em conta a noção de 'norma de uso' ou 'norma objetiva': a variedade de prestígio, por exemplo, que é usada no jornal televisivo de cada país, e que tem um grande potencial de orientar os usos da sociedade, isto é, propagando hábitos linguísticos. Definindo o termo dessa forma é possível aceitar que cada país tem sua norma de uso do português, independente da difusão que esta norma tenha no tecido socio-interacional concretos do país, dado poder se encontrar em fases variáveis da construção dos instrumentos de difusão da norma próprios de um Estado, como a escola, os meios massivos de comunicação, os concursos públicos, etc.

tugal e Brasil e pela abertura de uma perspectiva nova que conduz e tem conduzido ao desenvolvimento conjunto de instrumentos ou dispositivos de normalização linguística, uma vez instaurada a prática e as metodologias de trabalho compartilhado, que *otimiza o investimento e reparte os lucros*.

O AO90 explicita uma norma (neste caso ortográfica) *negociada* entre todos os países, dos maiores aos menores, em regime de paridade, implicando na corresponsabilidade de todos para com a língua comum. A indicação de um caminho a seguir para outros desenvolvimentos necessários e inclusive igualmente previstos, como o das terminologias técnicas e científicas, aparece de forma clara.

Subjaz ao AO90 um modelo de trabalho que coincide com a concepção de existência de um *Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, e que dá ao IILP uma espinha dorsal – a ideia de uma gestão compartilhada, multilateral, internacional e respeitosa das diferenças nacionais da língua portuguesa, a ser construída no século XXI. Como diz Ferreira et alii, 2012, p.1 (a tradução é minha):

A ortografia do português foi alterada várias vezes ao longo do século passado, com o objetivo de chegar a um conjunto de regras ortográficas que estivessem tão próximas quanto possível nos diversos países falantes de português, até um momento de convergência final. Essas reformas ortográficas são geralmente implementadas por meio de um *Vocabulário*, com o sentido de inventário de palavras. Na elaboração conjunta do *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (VOC), instrumento previsto no texto do AO90, o novo modelo de elaboração de uma norma convergente com as características acima toma corpo.

Continua Ferreira et alii (2012):

No contexto de uma reforma ortográfica em fase de implementação, que finalmente consegue estabelecer regras comuns de escrita, haverá, pela primeira vez, um *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (VOC), um recurso que contém informações sobre a ortografia e propriedades formais das palavras, recurso este que é comum a todos os países da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP).

O trabalho está sendo realizado sob a coordenação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) da CPLP, com o apoio técnico do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), de Lisboa e da Universidade Federal de São Carlos, e a participação de equipes dos diversos países da CPLP. O *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (VOC), será um banco de dados lexical, eletrônico, de grande escala, aberto, adotado como instrumento para implementar a reforma ortográfica que está atualmente em curso e com múltiplas utilidades como base para recursos linguísticos comuns, entre eles as terminologias científicas e técnicas.

Dado diferentes níveis de tradição lexicográfica e recursos existentes nos países da CPLP, uma gama de diferentes soluções foram adotadas para conjuntos específicos de países. Em si mesmo, o VOC constitui uma mudança de paradigma, passando de um formato antigo, idiossincrático, de fonte fechada, em suporte papel, como recurso oficial pago, para ser um recurso padronizado, aberto e livre, acessível pela internet e reutilizável.

O projeto do VOC, como expressão de uma normatização convergente do português, fortalece institucionalmente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, instituição que realizou recentemente quatro colóquios internacionais sobre as áreas consideradas estratégicas, pelo Plano de Ação de Brasília, para a promoção internacional do português, e que tiveram seus resultados plasmados nas Cartas de Recomendação elaboradas pelos participantes dos encontros:

O Colóquio de Maputo sobre a *Diversidade Linguística nos Países da CPLP*, de 12 a 15 de setembro de 2011 em Moçambique, e que propiciou o encontro dos gestores das mais de 300 línguas faladas no espaço da comunidade;

O Colóquio da Praia sobre o *Português nas Diásporas*, de 28 a 30 de novembro de 2011, com representantes de 11 países, e que focalizou as políticas em andamento para a conservação do português nas novas gerações nos diversos espaços nacionais onde é língua de herança;

O Colóquio de Guaramiranga (Ceará, Brasil) sobre o *Português na Internet e no Mundo Digital*, de 24 a 26 de abril de 2012, e que abordou os desafios atuais para a língua no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação;

O Colóquio de Luanda sobre o *Português nas Organizações Internacionais*, de 02 a 05 de julho de 2012, e que focalizou a possibilidade de o português tornar-se língua oficial das Nações Unidas, bem como da sua situação nos blocos econômicos regionais e em outros tipos de organizações, como as científicas.

O objetivo maior dos colóquios foi preparar as temáticas estratégicas para a II. *Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial*, prevista para ocorrer em Lisboa no primeiro semestre de 2013, e que aprofunda o fórum multilateral para uma gestão compartilhada e internacional da língua, reconhecendo sua natureza pluricêntrica.

Estas conferências, realizadas no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e com resultados aprovados pelos seus Chefes de Estado e de Governo, atribuem ações concretas ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa, contribuindo para focar sua ação e para permitir-lhe, através de convênios de cooperação técnica, criar equipes para a execução dos projetos estratégicos, sob administração compartilhada e internacional, o que constitui um embrião institucional para as tomadas comuns de decisão, isto é, para a formulação de políticas linguísticas, e sua implementação, isto é, para desencadear os processos de planificação decorrentes.

A conclusão necessária destas considerações é que a constituição de uma *língua comum*, cada vez mais útil aos seus falantes e amplificada nos seus usos e âmbitos, não passa pela gestação nem pela imposição de uma *forma* central ou única do idioma, mas – ato político que é – passa nesse momento histórico pela criação de

instâncias comuns de gestão, que deliberarão, por consenso, sobre o espaço de variação necessário para que cada um dos países falantes se sinta representado e possa investir na promoção deste idioma comum, para seu próprio benefício e dos seus cidadãos, através dos seus recursos intelectuais, culturais e econômicos.

Quadro ainda embrionário nesta nova fase geopolítica na qual entramos, a *língua portuguesa comum* que vai se conformando com o desenvolvimento de instrumentos consensuados e participativos indica a superação das gestões puramente nacionais e abre perspectivas, desde a gestão, para a internacionalização da língua, na esteira das novas inserções internacionais dos países da CPLP, como abordamos na primeira parte deste texto.

3.A INTERNACIONALIZAÇÃO PELA LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DO MULTILINGUISMO

Após refletir sobre a internacionalização da língua decorrente da abertura dos mercados e da normalização político-diplomática dos países de língua portuguesa e sobre as pressões para uma normatização convergente do idioma decorrente da internacionalização da sua gestão, abordamos agora, brevemente, a língua portuguesa como veículo para acolher a internacionalização das instituições dos países de língua portuguesa (PLP), com especial olhar para o caso brasileiro, onde o *discurso da internacionalização* tem gerado produtos político-linguísticos bastante concretos. Orienta-se esta secção, portanto, pela pergunta: *que políticas linguísticas para a internacionalização?* Ou ainda: que língua(s) favorece(m) o processo de internacionalização e como?

Em primeiro lugar, a pressão pela internacionalização das instituições significa uma inflexão nova na política que se aplicou em décadas passadas, no caso brasileiro, e que se orientava, sobretudo à construção de um mercado interno integrado e protegido da concorrência internacional, com políticas (fiscais, cambiais, de investimento, etc) que podem ser consideradas extensão modernizada da antiga 'substituição de importações', característica de países com pouca capacidade competitiva e que viam na proteção do mercado uma via para a industrialização e a diversificação da produção. Assim, na política de pós-graduação desenvolvida no Brasil a partir dos anos 1960, à medida em que uma área ia tendo mestrados e doutorados nas universidades brasileiras, ia-se cortando, total ou parcialmente, a possibilidade de bolsas de estudo para se cursar esses níveis no exterior, pois essa formação já tinha sido "substituída" e devidamente nacionalizada.

Se pensarmos aquela política aplicada à diversidade linguística do Brasil, encontramos processos como o da *Campanha da Nacionalização do Ensino* (1937-1945), entre outras, cujo propósito foi o de evitar que cidadãos brasileiros pudessem viver suas vidas em outras línguas que não o português, ou mesmo evitar que fossem apenas bilíngues, forçando a situação de monolíngüismo em português (OLIVEIRA, UNESCO, 2007). A política do Estado brasileiro nesse âmbito destruiu um capital linguístico que dava conectividade ao Brasil e, que se tivesse sido explorado, poderia ter colocado as instituições do país, hoje, num outro patamar de trocas e intercâmbios culturais e econômicos, a partir do aproveitamento de recursos linguísticos instalados no país, em especial com relação ao alemão, ao japonês, ao italiano, ao espanhol, ao polonês, ao ucraniano e ao árabe.

Essa política de fechamento em relação às outras línguas ocorreu também frente a outras normas ou variedades da língua portuguesa, conforme comentado na seção 2 deste texto, e com relação a outros países com produção econômica, editorial e universitária de relevância, nesse caso Portugal (que por sua vez atuou da mesma forma em relação aos produtos brasileiros), dificultando a circulação dos bens culturais, em especial do livro, e despotencializando o português como a língua internacional que é, e desvalorizando, assim, sua capacidade de organizar o espaço transnacional que tem sido chamado de *Lusofonia*.

O Brasil configura-se como um espaço especialmente fechado para as outras normas/variedades do português. Para dar um exemplo, enquanto um cidadão de Angola ou Cabo Verde ou Moçambique recebe, em rede aberta, canais de televisão do Brasil (TV Record), de Portugal (RTP África), além dos seus canais nacionais, um cidadão brasileiro apenas receberá canais de outros países em regime de cabo, e nunca em sinal aberto, e raramente canais de outros países de língua portuguesa, mesmo naquele ambiente, ficando a grande massa da população totalmente confinada no espaço midiático televisivo nacional em português *brasileiro*.

A estratégia de internacionalização necessita e articula-se, portanto, com novas políticas linguísticas, que no caso brasileiro desdobra-se inclui o reconhecimento do baixo sucesso do ensino e do domínio do inglês, língua-pivô da produção científica e tecnológica nesse início do século XXI, e programas para superação dessa situação, como no caso do *Programa Inglês Sem Fronteira* (Brasil, MEC), decorrente da necessidade de ter jovens que falem inglês para mandar ao exterior no *Programa Ciência Sem Fronteira*, igualmente desenvolvido pelo MEC e, por outro, orienta-se pelo incremento do domínio e circulação do espanhol, pivô da articulação continental via Mercosul e Unasul, prevista e instituída por diversas disposições legais.

Em muito menor escala, apenas, atenta-se para duas outras políticas que poderiam compor esse quadro de internacionalização, por um lado através da instrumentalização das muitas línguas faladas por brasileiros e comuns a outros países, como o alemão, o japonês e o ucraniano, entre outras acima citadas, políticas estas hoje muito mais a cargo das próprias comunidades falantes do que do governo brasileiro e, por outro lado, através de políticas que apostem na internacionalização via língua portuguesa, seja pela exploração da cooperação com os países da CPLP, seja pelo *Fórum de Macau*, com a China, ou ainda através dos mais de oito milhões de falantes de português nas diásporas, língua que vai se tornando permanente em países de importância, como os Estados Unidos da América.

Poderíamos deduzir, do quadro acima, o esboço de quatro frentes linguísticas para a internacionalização das instituições brasileiras. Se transformarmos essas frentes em propostas, e estabelecermos uma ordem hierárquica, destaca-se a possibilidade de uma política linguística que aproveite recursos linguísticos e políticos para abrir aos cidadãos, através das suas instituições, possibilidades de interação com outras culturas e economias. Assim, seria possível

1. Aumentar o potencial de *internacionalização da e via língua portuguesa*, pelos desdobramentos das relações internas à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), seus países associados (Guiné Equatorial, Senegal, Ilhas Maurícias) ou candidatos a observadores (Namíbia, Geórgia), o *Fórum de Macau*, entre a China e sete países de língua portuguesa, os cinco blocos econômicos onde o português é oficial (União Europeia, MERCOSUL, CEDEAO, CEEAC, SADC e, em breve ASEAN), e que se inserem no quadro das 26 organizações internacionais em que o português é oficial, com foco especial nos grandes e importantes blocos geopolíticos com os BRICS, que envolvem grande parte da população mundial (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), para além das diásporas;
- 2.
3. Aprofundar a *aliança estratégica entre o português e o espanhol*, língua de 21 países em três continentes, e com potencial de intercompreensão e interoperatividade que otimiza o investimento de tempo e esforço, e com amplas condições de política de reciprocidade, como no caso da relação entre Brasil e Argentina, e com o que se otimiza também mais ainda a língua portuguesa como canal de internacionalização;
4. Melhorar a *interatividade em inglês*, para conexão com produção científica e tecnológica estratégica e para tradução da pesquisa científica produzida em português para aquela língua, de modo, também, a tornar a produção dos PLP disponível em um mercado linguístico maior. Melhorar a interatividade em inglês pode ter um potencial considerável de reciprocidade, em se apostando em relações com Índia e África do Sul, por exemplo, países de língua inglesa com importantes

- centros universitários e de ensino a distância e membros dos BRICS e do IBAS, que permitem acordos educacionais e de pesquisa mais aprofundados;
- 5.
 6. Conhecer e *otimizar os recursos linguísticos brasileiros*, instrumentalizando as 38 línguas de imigração faladas no Brasil. Para esse caso, é importante em primeiro lugar retomar, no Censo Demográfico do IBGE, em 2020, o interesse pelas línguas faladas no lar pelos brasileiros, reconhecê-las como patrimônio cultural imaterial do Brasil, no sentido do *Inventário Nacional da Diversidade Linguística*, desenvolvido atualmente pelo IPHAN, no Ministério da Cultura e instrumentalizá-las, em diversos níveis, para o que é um instrumento inicial institucional a sistemática de Cooficialização de Línguas em Nível Municipal, que hoje abarca já, 8 línguas em 12 municípios brasileiros (MORELLO, 2012). Sua reconexão com os países de origem, depois da interrupção causada pela repressão linguística do século XX, pode torná-las um recurso permanente da sociedade brasileira para a internacionalização.

Esta hierarquia privilegia uma *internacionalização em português* no sentido que a *internacionalização* da língua, descrita na primeira parte desse texto possibilita o seu uso em diversos ambientes fora dos PLP ao mesmo tempo que se torna veículo para um maior trânsito de estrangeiros nos PLP. Esta estratégia demanda um menor investimento para os cidadãos de língua portuguesa e aumenta sua potencial presença em mais ambientes e, por outro lado, permite que falantes de outras línguas se apropriem (ou “consumam”, para usar uma expressão mercadológica) de uma cadeia mais longa de produtos, a que a língua dá acesso, criando elos mais profundos e, portanto, possibilitando trocas econômicas e culturais mais profundas e de médio e longo prazos.

Nesse sentido, a *internacionalização pela língua portuguesa* é maximamente benéfica, e, portanto, o investimento na promoção interna e externa do português maximamente rentável. Há países, como os escandinavos que, ao receberem estrangeiros, possibilitam que realizem estudos ou façam negócios totalmente em inglês, e que concentraram quase toda sua produção científica em inglês. Essa estratégia, porquanto permite uma interação imediata melhor com o exterior, acaba por impedir o acesso dos estrangeiros à cadeia da produção cultural e de sentidos do país, tornando a relação mais superficial, e exteriorizando o lucro linguístico, que será captado pelos países de língua inglesa. Esse raciocínio é possível justamente porque internacionalização não quer dizer necessariamente exteriorizar, como bem mostra Castro (2011, p. 70).

A internacionalização da própria língua [...] não é sinônimo de exportação. Muito se pode fazer pelo reconhecimento internacional da língua portuguesa sem sair do

país. Os autores, os agentes culturais, os editores, as instituições que preservam o património textual (bibliotecas e arquivos) e aquelas que estudam a língua, a literatura e, de modo geral, a cultura podem e devem atrair as atenções do estrangeiro e trazê-lo cá. As universidades acolhem estudantes de programas de mobilidade para aprenderem a língua em regime de imersão; alguns desses, depois, irão graduar-se como especialistas [...] e converter-se em agentes da difusão da nossa cultura.

Em segundo lugar, a parceria com o espanhol é uma estratégia interessantíssima pelas mesmas razões: abre um universo de mercados, universidades, produção de conhecimento ainda pouco explorado pelos cidadãos dos PLP e com um investimento linguístico modesto, dada a alta intercompreensão entre as duas línguas.

Inevitavelmente, em terceiro lugar e quarto lugar, é inegável a vantagem de investir no conhecimento do inglês e na conexão aos centros de produção de conhecimento ligados à essa língua, mas também não é desprezível a vantagem que um país de imigração como o Brasil tem (ainda que a maioria dos países hoje tenham essa característica) no uso da sua diversidade linguística interna para a conexão com o exterior, ainda que essa estratégia demande, hoje, investimentos mais consistentes, dado o forte desinvestimento realizado em épocas anteriores, que desconectaram essas línguas da sua norma acroletal e tornaram-nas ágrafas, subtraindo-as da cultura escrita, com a supressão de escolas, bibliotecas e outras instituições, e que atuaram para manter seus falantes no analfabetismo em qualquer outra língua que não fosse o português.

No entanto, a Wikipédia chama nossa atenção, no verbete "Internacionalização", para uma tipologia das empresas em funcionamento na economia que coloca esse passo – a internacionalização – no início de um processo mais longo e mais complexo, e com consequências muito concretas no modo como produzem. A internacionalização não seria assim um objetivo, nem um ponto de chegada, mas antes um ponto intermediário de uma escala mais longa. Uma empresa, portanto, pode ter um funcionamento apenas regional, ou nacional, ou ainda

- Internacional - as filiais suportam a casa mãe, por conseguirem vendas adicionais ou via fornecimentos. A empresa considera-se essencialmente doméstica, sendo os produtos desenvolvidos para o mercado interno.
- Multinacional - a vertente internacional deixa de ser considerada marginal. Reconhecem-se as diferenças entre mercados e adaptam-se os produtos e mesmo as estratégias de acordo com as condições locais. Dá-se liberdade de ação à gestão local.
- Global - criação de produtos para um mercado mundial, fabricados globalmente, em algumas poucas fábricas com elevados níveis de eficiência. Existe um gran-

de grau de coordenação de atividades, sendo a gestão e algumas funções chave (R&D, produção) centralizadas.

- Transnacional - necessidade de manutenção de uma eficiência global com capacidade de resposta a necessidades locais. É necessário que as filiais tenham capacidade de resposta às necessidades dos mercados respectivos. Os recursos estão dispersos, mas são especializados, procurando-se obter eficiência e flexibilidade.

Também as línguas podem ser regionais, nacionais, internacionais, multinacionais, globais e transnacionais, acompanhando os modos de gestão e de circulação da economia. A relativa limitação do potencial atual de internacionalização do português decorre, por isso, do fato de que se encontra, em termos de gestão, a meio caminho entre uma realidade puramente nacional e outra, embrionária, que já aponta um estágio ou situação multinacional, expressa pela própria ideia de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, mas mesmo essa muito distante de uma gestão global ou transnacional.

Para internacionalizar a língua precisamos internacionalizar a sua gestão, construindo de maneira conjunta a sua cadeia tecnológica e a coordenação diplomática da sua negociação global, reconhecendo a oportunidade de pensá-la e tratá-la como LÍNGUA POLICÊNTRICA. Preparado o terreno, torna-se o português nosso veículo privilegiado para o estabelecimento de relações econômicas e culturais no cenário mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELAR, P. (2012). *História de Goa de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*. Alfragide: Texto.
- BRAUDEL, F. (1949 / 1984). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes.
- CALVET, L.-J. (2002). *Le Marché aux langues: Les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris: Plon.
- CRISTÓVÃO, F. (2008). *Da lusitanidade à lusofonia*. Coimbra: Almedina.
- FAORO, R. (2001). *Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- FARACO, C. A. (2008). *Norma culta brasileira – desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.
- FERREIRA, J. P., Maarten Janssen, Gladis de Barcellos Almeida, Margarita Correia, Gilvan Müller de Oliveira (2012). The Common Orthographic Vocabulary of the Portuguese Language: a set of open lexical resources for a pluricentric language. In Nicoletta Calzolari (Conference Chair), Khalid Choukri, Thierry DeclercK, Mehmet Uğur Doğan, Bente Maegaard, Joseph Mariani, Jan Odijk e Stelios Piperidis (eds.) *Proceedings of the Eight International Conference on Language Resources and*

- Evaluation (LREC'12), pp. 1071-1075. [sl]: European Language Resources Association (ELRA). ISBN:978-2-9517408-7-7.
- FIRMINO, G. (2006). *A "questão linguística" na África pós-colonial. O caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Texto Editores.
- FREYRE, G. (1940 / 2010). *O mundo que o português criou*. São Paulo: Realizações Editora.
- FUKUYAMA, E. (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LANDER, E. (org.). (2005). *A colonialidade do saber – Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO. Coleção Biblioteca de Ciências Sociais.
- LAPONCE, J. (2001 / 2003). "Babel and the market: Geostrategy for minority languages". In Maurais, J.; Morris, M. (Ed.). *Languages in a globalising world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MARAZZI, Chr. (2009). *O lugar das meias: a virada lingüística da economia e seus efeitos sobre a política*, Tradução Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção A Política no Império.
- MARTES, A. C. B. (2008). The commitment of return: Remittances of Brazilian emigres. In Jouët-Pastré, C. e Braga, L. *Becoming Brazuca – Brazilian Immigration to the United States*. The David Rockefeller Center Series on Latin American Studies: Harvard University.
- MENDES, E. (Org.). (2011). *Diálogos interculturais: Ensino e formação em português língua estrangeira*. Campinas (SP): Pontes.
- MORELLO, R. (2001). *A Língua Portuguesa pelo Brasil: Diferença e Autoria*. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas.
- OLIVEIRA, G. M. (2010). O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. In *Synergies Brésil, Numéro Spécial 1*, p. 21-30.
- SÁ, G. C. (Coord.). (2009). *Macau e as relações econômicas China – Países de Língua Portuguesa – Dez anos de crescimento*. Macau: Instituto Internacional Macau.
- SUÁREZ, A. S-O. (2012). *Desnudando a Google – La inquietante realidad que no quieren que conozcas*. Barcelona: Ediciones Deusto.
- TEIXEIRA, R. A. (2010). *A guerra de Angola 1961-1974*. Lisboa: Editora Quidnovi. Coleção Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal.

Recebido: 13/08/2013

Aceito: 25/11/2013

